



## O FIM DO QUALIS PERIÓDICOS

Em outubro a comunidade acadêmico-científica se deparou com a notícia de que o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) aprovou, conforme Ofício Circular 46/2024-DAV CAPES, uma nova sistemática no âmbito da avaliação dos programas de pós-graduação para o quadriênio 2025-2028 no tocante à “classificação de artigos”, com menção de que “o principal conceito dessa mudança consiste em focar na classificação do artigo e não do veículo onde ele é publicado”, prevendo três formas de avaliação com a atribuição de autonomia das áreas na escolha entre uma das três formas, entre centrar-se em: 1) indicadores bibliométricos dos periódicos; 2) indicadores bibliométricos diretos dos artigos e classificação do artigo por critérios qualitativos do veículo (critérios de indexação, valorização de periódicos nacionais, acesso aberto, dentre outros); 3) Análise qualitativa de artigos, com base em fatores e metodologias definidos pela área que podem contemplar questões como pertinência temática, avanço conceitual do artigo, dentre outros). A sistemática adotada para o próximo quadriênio voltada para a classificação do artigo e não do veículo, gerou ampla repercussão, provocando inquietações, reflexões e controvérsias. Ora bem, o Qualis Periódicos tem uma história consolidada na estratificação dos periódicos científicos, atribuída a estes canais de comunicação científica a partir do cumprimento de uma série de critérios que o qualificam. Obviamente, que os artigos publicados nos periódicos passam por rigoroso processo de avaliação por pares, seja às cegas ou aberto, o que, em nossa opinião, enquanto editores, reflete a qualidade dos artigos, quando estes, após exaustivo processo de avaliação, é acatado para publicação. Dessa forma, atende ao contexto qualitativo dos artigos submetidos aos periódicos. Inclusive, há que se reconhecer a importância *sine qua non* do trabalho dos avaliadores, que dedicam o seu tempo a este trabalho intelectual de leitura, avaliação e apontamentos de melhorias, sem remuneração, com dedicação contributiva à comunicação científica. E sem remuneração, porque a maioria dos periódicos têm ceifadas oportunidades de participação em chamadas, devido critérios excludentes e cada vez mais difíceis de serem alcançados. E o que dizer do trabalho hercúleo de nós editores na gestão dos periódicos no cumprimento de requisitos para o alcance dos mais altos estratos de classificação, na busca por indexadores, com a qualidade dos artigos veiculados, com o atendimento às demandas da contemporaneidade, dentre tantas outras questões que circundam este trabalho na dimensão editoria-autoria-avaliador-leitor. Aliás, um trabalho silencioso, por vezes sem qualquer reconhecimento por parte institucional pela falta de chamadas internas de apoio, a falta ou descontinuidade do pagamento da atribuição do *Digital Object Identifier* (DOI) pela instituição de vínculo dos periódicos, algo básico! Muitos são os desafios! Há que se levar em conta que não somos revistas predatórias ou envolvidas em práticas editoriais suspeitas, como assinalamos no Editorial da edição passada, mas revistas de acesso aberto que asseguram a integridade da comunicação científica no Brasil e no mundo. É fato que há tempos a comunidade acadêmico-científica tem ressalvas quanto ao sistema Qualis Periódicos então vigente, como, inclusive, a atribuição de Qualis às revistas predatórias, mas há que se considerar as alterações/adequações nos estratos desde o seu advento que refletem a importância deste sistema para a qualificação dos periódicos científicos. O fato é que a alegação, em nossa perspectiva, do aferimento da qualidade não se sustenta, visto os pontos aqui refletidos. A preocupação, conforme destacou Perry (2024), em *Jornal da Universidade da UFRGS*, é a de que os “periódicos não indexados nas bases de referência deixem de ser considerados como veículos interessantes e, a menos que sejam resgatados pela “análise qualitativa” mencionada no ofício da Capes, podem desaparecer”.

Com estas reflexões, a PG&C, sempre primando pelo rigor e a qualidade dos itens publicados, desde a sua criação em 2010 lança o v. 14, n. 3, set./dez. 2024. Esta edição contempla sete Relatos de Pesquisa, um Ponto de Vista/Comentário, cinco textos que compõem a seção Memória de Eventos Científico-Profissional com os melhores trabalhos do Enancib 2024, e uma Resenha, além deste Editorial e o expediente.

Concluimos este Editorial, agradecendo imensamente por caminharem conosco – autores, avaliadores e leitores - nestes 14 anos de existência da PG&C, ao passo que desejamos excelente ano de 2025 e que sigamos juntos abraçando o ano que está por vir para celebrarmos os 15 anos da PG&C!

João Pessoa, Paraíba, Brasil, 26 de dezembro de 2024.

Os Editores

Luciana Ferreira da Costa e Jorge de Oliveira Gomes